

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
- CNPJ/MF: 08.336.783/0001-90
- Atividades: (i) executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado de Santa Catarina; (ii) realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos, com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; (iii) planejar, projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como serviços correlatos; (iv) operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; (v) cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica; e (vi) desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de distribuição e comercialização de energia elétrica, e infraestrutura de serviços públicos.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 15/05/2013
- Data de Vencimento: 15/05/2019
- Banco Escriturador/ Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Código Cetip/ISIN: CLCD11/ BRCLCDBS000
- Coordenador Líder: BB - Banco de Investimento S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão utilizados pela Emissora exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de investimentos pela Emissora.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com

garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: público;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: manteve-se em 0,73 de 2015 para 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,02 em 2015 para 0,90 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 1,02 em 2015 para 0,90 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,93 em 2015 para 0,78 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 36,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido teve aumento de 28,7% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 14,1% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 2,3% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 4,9% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 1,30% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

16/05/2016 – R\$ 740,174830

16/11/2016 – R\$ 756,977710

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 30.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 30.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;

- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora, a Fiadora (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC) e suas controladas, obrigam-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar o índice financeiro previsto no item 6.1.1, alínea “x” da Escritura de Emissão, a partir do exercício social de 2014.

Dívida Líquida/EBITDA - Consolidado	31.12.2016
Caixa e equivalentes de caixa	917.464,00
Dívida de curto prazo	310.152,00
Empréstimos	202.996,00
Debêntures	107.156,00
Dívida de longo prazo	477.639,00
Empréstimos	130.035,00
Debêntures	347.604,00
Dívida Líquida	129.673,00
Cálculo Ebitda:	
Lucro antes IRPJ/CSLL	- 26.553,00
Resultado Financeiro	120.313,00
Equivalencia Patrimonial (NE 15.b)	- 40.423,00
Depreciação/ Amortização (NE 28.2)	235.576,00
EBITDA	288.913,00
Dívida Líquida/EBITDA	0,45

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **ECTE - EMPRESA CATARINENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 70.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 7.000;
- Espécie: quirografia;
- Prazo de vencimento das debêntures: 07/02/2020;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos

Amortização:

09/05/2016 – R\$ 714,000000

Juros:

10/02/2016 – R\$ 391,235770

09/05/2016 – R\$ 378,404100

08/08/2016 – R\$ 369,006362

07/11/2016 – R\$ 356,333581

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações



não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial da Celesc Distribuição S.A. (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado da Celesc Distribuição S.A.
(Anexo 2)

Parecer dos Auditores das Demonstrações Financeiras
Auditadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.* (Anexo
3)

*Na mencionada Demonstração Financeira Auditada consta o Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado da Celesc Distribuição S.A., os quais fazem parte do Anexo 1 e 2, respectivamente, deste Relatório.

Anexo 1
29.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	3.655.102	3.361.980
Caixa e Equivalentes de Caixa	880.887	734.239
Contas a Receber de Clientes	1.233.453	1.437.865
Estoques	9.834	7.838
Tributos a Recuperar	118.866	155.802
Ativo Financeiro Parcela A	-	248.458
Subsidio Decreto nº 7.891/2013	1.229.741	662.236
Outros Créditos	182.321	115.542
Não Circulante	4.067.518	3.840.364
Ativo Indenizatório (Concessão)	346.620	196.520
Contas a Receber de Clientes	31.497	15.918
Tributos Diferidos	514.870	214.282
Tributos a Recuperar	17.751	15.029
Depósitos Judiciais	106.930	143.911
Ativo Financeiro – Parcela A	-	196.901
Outros Créditos	2.896	2.119
Intangível	3.046.954	3.055.684
Total do Ativo	7.722.620	7.202.344

Passivo	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Circulante	4.055.564	3.289.482
Fornecedores	617.775	723.456
Empréstimos e Financiamentos	202.996	217.157
Debêntures	105.243	301.598
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	141.043	130.423
Tributos e Contribuições Sociais	154.686	240.907
Dividendos Propostos	-	19.320
Taxas Regulamentares	2.297.196	1.413.205
Previdência Privada	17.016	18.343
Passivo Atuarial	162.259	173.171
Passivo Financeiro – Parcela A	308.561	
Outros Passivos	48.789	51.902
Não Circulante	2.355.260	2.411.811
Empréstimos e Financiamentos	130.035	325.017
Debêntures	199.498	299.133
Taxas Regulamentares	213.787	254.714
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras	40.227	-
Passivo Atuarial	1.396.913	1.236.010
Provisão para Contingências	274.266	294.462
Passivo Financeiro – Parcela A	98.059	-
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.311.796	1.501.051
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	678.644	735.038
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(420.438)	(287.577)
Total do Passivo	7.722.620	7.202.344

Anexo 2

29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	Ajustes	31 de dezembro 2015 Reapresentado
Receita Operacional Líquida – ROL	5.985.666	6.733.042	186.833	6.733.042
Receita de Serviço de Energia Elétrica	5.573.838	6.302.156	186.833	6.675.822
Receita de Construção	411.828	430.886	-	430.886
Custos Operacionais	(5.531.729)	(6.307.537)	-	(6.307.537)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(5.119.901)	(5.876.651)	-	(5.876.651)
Custo de Construção	(411.828)	(430.886)	-	(430.886)
Resultado Operacional Bruto	453.937	425.505	186.833	612.338
Despesas Operacionais	(432.104)	(369.406)	-	(369.406)
Despesas com Vendas	(199.137)	(184.743)	-	(184.743)
Despesas Gerais e Administrativas	(297.713)	(252.592)	-	(252.592)
Outras Despesas Operacionais	64.746	67.929	-	67.929
Resultado das Atividades	21.833	56.099	186.833	242.932
Resultado Financeiro	(105.037)	50.978	(186.833)	(135.855)
Receitas Financeiras	356.319	395.203	(186.833)	208.370
Despesas Financeiras	(461.356)	(344.225)	-	(344.225)
Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL	(83.204)	107.077	-	107.077
IRPJ e CSLL	30.674	(25.731)	-	(25.731)
Diferido	(201.471)	(15.786)	-	(15.786)
Corrente	232.145	(9.945)	-	(9.945)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(52.530)	81.346	-	81.346

Anexo 3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS **DEMONSTRAÇÕES**
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Tel: + 55 (47) 3025-5155
www.deloitte.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1.1, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes às demonstrações consolidadas do resultado e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a *IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a *IAS 1 - Presentation of Financial Statements*. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

“Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - fornecimento de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.23 e 28.1 às demonstrações financeiras, o faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia é volumoso e pulverizado. A valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e contábil. Observa-se ainda, que as transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados. A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação a parcela da receita de fornecimento de energia no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com regime de competência.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo de reconhecimento de receita incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos sobre o faturamento e a receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; realização de procedimentos de análise de variação dos saldos; testes de amostragem, confrontando as informações do faturamento com os dados de consumo individual e tarifas aprovadas pelo Órgão Regulador; e teste da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

Benefícios pós-emprego – passivo atuarial

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.20 e 25 às demonstrações financeiras, a Companhia possui planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos a previdência, assistência médica, programa de demissão voluntária e outros. Os planos classificados como “benefício definido” geram passivos relevantes, os quais são calculados com referência a premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação e tábua de mortalidade. Esses passivos podem ser total ou parcialmente compensados pelos valores justos dos ativos dos respectivos planos. Os planos de saúde, em adição, incluem fatores de idade e incrementos futuros no custo dos planos na determinação dos passivos relacionados. Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na valorização dos ativos e na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos este assunto relevante para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o teste, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de 2016; a avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tabua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial em comparação com a legislação

aplicável, bem como com as práticas de mercado. Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social, obtidos antes da data deste relatório, e também o Relatório de Sustentabilidade, que deve ser disponibilizado após a data desse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler essas outras informações, ao fazê-lo, considerar se esse estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data desse relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e

suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 27 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC n.º RS.060571/O-0